

JOSÉ AUGUSTO CARDOSO BERNARDES
Centro de Literatura Portuguesa – Faculdade de Letras da Universidade Coimbra

OS ESTUDOS LITERÁRIOS NA UNIVERSIDADE

SEPARATA

Este livro reúne os artigos publicados em 2005 no âmbito do ciclo de conferências "Os Estudos Literários na Universidade" organizado pelo Centro de Literatura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O ciclo de conferências foi organizado em parceria com o Centro de Estudos de Literatura da Universidade de Lisboa e o Centro de Estudos de Literatura da Universidade de Évora. O ciclo de conferências foi organizado em parceria com o Centro de Estudos de Literatura da Universidade de Lisboa e o Centro de Estudos de Literatura da Universidade de Évora.

Pensar a Liter@tura no Séc. XXI

José Augusto Cardoso Bernardes, José Carlos Martins, Miguel Clemente (Orgs.)

Este livro reúne os artigos publicados em 2005 no âmbito do ciclo de conferências "Os Estudos Literários na Universidade" organizado pelo Centro de Literatura Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O ciclo de conferências foi organizado em parceria com o Centro de Estudos de Literatura da Universidade de Lisboa e o Centro de Estudos de Literatura da Universidade de Évora. O ciclo de conferências foi organizado em parceria com o Centro de Estudos de Literatura da Universidade de Lisboa e o Centro de Estudos de Literatura da Universidade de Évora.

Pensar a Liter@tura no Séc. XXI
José Augusto Cardoso Bernardes, José Carlos Martins, Miguel Clemente (Orgs.)
Instituto de Literatura e Linguística
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
2006

OS ESTUDOS LITERÁRIOS NA UNIVERSIDADE

José Augusto Cardoso Bernardes

Centro de Literatura Portuguesa – Faculdade de Letras da Universidade Coimbra

augusto@ci.uc.pt

Abstract

Having first appeared in the University in the middle of the 19th century, under the principles of the critical and patrimonial modernity, Literary Studies played, for decades, a noble and indisputed role in the panorama of the humanist knowledge.

Nowadays, due not only external factors but also to our own mistakes, the Studies on Literature are going through a rough period, facing clear challenges for legitimacy.

More than just identifying the signs of the current crisis in Literary Studies and the causes which led to it, the present paper aims at pointing out some reconversion and institutional adjustment paths.

Keywords: curriculum, teaching, literary studies, humanities, research, university.

Humanists study books and artifacts in order to find traces of our common humanity. (Lindsay Walters, *Enemies of Promise*, p. 6)

Há 40 anos, quando o ensino da Literatura na Universidade começava a ser posto em causa, um velho e reputado Professor de Coimbra dizia aos seus Assistentes mais inquietos: “Ora, ora, a Literatura sempre se há-de ensinar!”. No seu tom assertivo, a frase envolvia um desdém calculado por aqueles que, nas imediações do Maio de 68, contestavam a velha Filologia e proclamavam o direito democrático ao sentido: ao sentido dos livros, em primeiro lugar; mas também ao sentido da vida. Colocada na boca de quem tinha consagrado a sua vida a “explicar” a Literatura (designadamente a Literatura portuguesa), aquela frase, embora evasiva, pressupunha uma crença nas potencialidades identitárias dos grandes livros e dos grandes escritores, uns e outros instituídos como participantes maiores da narrativa sem fissuras que então era a história literária. Poderiam as comunidades políticas passar, algum dia, sem o cimento aglutinador dessa memória comum assente na Língua e na Imaginação que era a Literatura? Poderiam as mesmas comunidades dar-se ao luxo de prescindir da transmissão do saber e da sensibilidade que dela derivam? “Decerto que não!”, pensaria o velho Professor, indiferente ao desassossego dos seus colaboradores mais jovens.

Nascidos cem anos antes, sob o signo duplo da modernidade crítica e da vocação patrimonial, os Estudos Literários ocupavam um lugar cativo e nobre na Universidade dos saberes, desempenhando, em simultâneo, uma função social importante (a formação de professores de Língua Materna) e, através dela, ainda uma outra, de natureza política, que

Bernardes, José Augusto Cardoso (2011). Os estudos literários na Universidade. In: João Amadeu Carvalho da Silva, José Cândido de Oliveira Martins & Miguel Gonçalves (Orgs.), *Pensar a Literatura no Séc. XXI* (pp. 27-52). Braga: Faculdade de Filosofia.

consistia na regulação de um cânone e nos efeitos de inclusão e exclusão que daí derivavam, nos planos da Língua e da Cultura.¹

Os Professores universitários de Literatura (especialmente os que investigavam e professavam a Literatura nacional) detinham, por isso, uma aura muito própria, que resplandecia, em primeiro lugar, no âmbito das Humanidades mas que chegava ao claustro universitário, no seu todo. Ninguém tem dúvidas de que os grandes nomes da investigação e da docência literária eram, também, (e eram-no, muitas vezes, quase por inerência) grandes nomes da Universidade Portuguesa.

Aos olhos da generalidade dos seus colegas, o Professor de Literatura era admirado pela fundura e vastidão do seu saber. Conhecia, em detalhe, não só as vicissitudes dos textos mas também os condicionamentos que envolviam os autores e as obras. Era, enfim, o garante das *leituras correctas* e reguladas, contra o perigo da anarquia hermenêutica. Um intelectual deste tipo era precioso não só para as Universidades como para as sociedades, em geral; por isso intervinha regularmente, através da imprensa ou da participação em actos públicos, em especial por alturas da celebração de efemérides literárias. Mais do que os outros, ele estava, sobretudo, em condições de ouvir e entender os “grandes mortos”.

Ciente de tudo isto, aquele velho professor formado sob o modelo da Filologia (no caso vertente da Filologia de vocação totalizante, vinda da Alemanha e de França) não podia, de facto, responder outra coisa aos seus colaboradores, quando estes lhe vinham exprimir dúvidas sobre a continuidade do ensino da Literatura. Até porque dar guarida a esse tipo de incertezas significava, desde logo, admitir a vulnerabilidade de um legado que se cria ser indispensável à sadia manutenção de uma certa ordem mental e cívica.

Desde então, passaram apenas 40 anos. Mas foram anos incomuns, marcados por um sem-número de transformações sociais e políticas, que nenhum profeta ousou antecipar, em toda a sua amplitude. Perante este cenário, os universitários que hoje (ainda) ensinam Literatura não podem senão prolongar e reforçar a justificada inquietação daqueles seus colegas de há quatro décadas: até que ponto se pode ainda acreditar na força e na clarividência do vaticínio que então assegurava a eternidade do ensino da Literatura? Em que razões devem hoje fundar a *esperança* aqueles que a possuem ou o *cepticismo* os que não conseguiram conservar-se esperançosos?

É que, se há quatro décadas, se assistia essencialmente a uma reacção contra a ingenuidade e o autoritarismo da epistemologia historicista, hoje a angústia pode assumir formas bem mais corrosivas e radicais. O que está em causa, aquilo sobre que, nos últimos anos, se

¹ Num estudo e muito bem informado, John Guillory (2002) descreve e interpreta o processo de emancipação institucional dos Estudos Literários ao longo do século XIX, nos Estados Unidos e na Europa, sublinhando as necessárias concessões que o campo disciplinar teve de fazer, postergando os aspectos estético e moral que sustentavam a tradição das “Belles Lettres”, em proveito da epistemologia empiricista ou positivista. Sobre este mesmo assunto, vejam-se ainda os já clássicos estudos de Palmer (confinado à realidade inglesa), Graff (1987) e, mais recentemente, Renker (2007) e Bastos da Silva (2010).

tem vindo a escrever com uma insistência invulgar não é já a maneira de ensinar Literatura na Universidade (e também no Ensino Básico e Secundário). O problema que temos entre mãos é o de reencontrar um lugar para a Literatura no espaço escolar. O problema inscreve-se no âmbito mais vasto do papel que aí têm as Humanidades, em geral. Um e outro são de natureza política e não só (nem sequer sobretudo) de índole epistemológica.² Falo de “política” no plano institucional mas talvez possa considerar-se a palavra em sentido mais amplo, uma vez que o estado da investigação e do ensino da Literatura na Universidade portuguesa constituem uma verdadeira questão de *identidade*, tomando aqui o termo não em sentido confinador mas no sentido mais amplo e positivo que possa comportar.

É exactamente sobre esse assunto que agora me proponho reflectir convosco: falarei sobre a situação actual dos Estudos literários e sobre o papel que lhes pode caber na Universidade de hoje (uma vez que, noutra lugar, me ocupei recentemente do mesmo problema, reportado a outros níveis de ensino³). Antes, porém, quero dizer-vos que hesitei bastante antes de me decidir por trazer o tema a este Colóquio. Com cómoda facilidade, poderia ter escolhido assunto menos sombrio. Tanto como avançar neste ou naquele caminho do nosso campo de trabalho (e tantos há por explorar e consolidar), urge, porém, empreender uma reflexão demorada e conseqüente sobre o momento em que vivemos. Colegas de muitas outras áreas do saber podem, talvez, prescindir deste tipo de exercício. Os estudiosos da Literatura não podem: não só porque ele se impõe como um determinante de legitimação mas também porque, desde que empreendido com discernimento, ele se revela um excelente método de aferição de objectivos e de métodos.

Em boa verdade, se, aos olhos de alguns, a pergunta dos nossos colegas de há 40 anos poderia passar por especulativa e inconsequente, a verdade é que ela está hoje bem viva, no espírito de todos, sem discriminação de graus académicos ou níveis etários. Por fim (não há que escondê-lo), a decisão de tratar deste tema prende-se com a necessidade interior de o partilhar, sujeitando-me desde logo (e, no fundo, ansiando por isso) a que me contradigam no meu diagnóstico; ou então que me ajudem (que nos ajudemos todos uns aos outros) a encontrar algumas soluções sérias e viáveis para um problema que é realmente substantivo.

Começarei por invocar alguns sinais da crise, com o intuito de verificar se os interpretamos da mesma forma; tentarei, depois, identificar as causas principais que conduziram a essa mesma crise. Finalmente, quero aventurar-me na proposta de algumas soluções, esperando que elas possam soar aos vossos ouvidos como soam aos meus: em clave dupla de realismo e de esperança.

² Marta C. Nussbaum, defensora da “Educação liberal”, acaba de dedicar a este mesmo assunto um livro, em forma de Manifesto (*Not for Profit. Why Democracy Needs Humanities*) no qual, comparando fenómenos, ainda assim muito diferentes, começa, justamente, por sobrepor a gravidade desta mesma crise à crise financeira iniciada em 2008.

³ Cf. “Cultura Literária e formação de professores” (2010).

1. Os sinais da crise

São muitos e vêm de muitos lados os sinais de crise dos Estudos Literários na Universidade e na sociedade em geral. Alguns ainda teimam em confundir a crise com uma qualquer metamorfose auspiciosa.⁴ Mas o facto de os Estudos Literários terem evoluído não ilude a questão de fundo: enquanto objecto de investigação e docência, a Literatura é hoje objecto de uma onda de descrédito e contestação, inéditos na sua natureza e nos seus fundamentos. Houve um tempo em que esses mesmos sinais eram apenas destacados pelos pessimistas ou pelos cépticos. Mas agora, perante tanta evidência, já nem os mais alheados conseguem ignorá-los. De tal forma que, por vezes, não há maneira de saber o que incomoda mais: se a insistência obsessiva e apavorada dos que falam na crise; se a indiferença dos que a negam, repetindo vaticínios e justificações do tipo daquela que o velho Professor de Coimbra proclamava há 40 anos atrás.⁵

Falemos então dos sinais. Podemos destacar uma boa porção deles, de vários tipos, atribuindo mais importância a este ou àquele; mas existe vantagem em relacioná-los,

⁴ Parece ser essa designadamente a posição de Osvaldo Silvestre (2001), em texto que encerra o magnífico volume sobre *Literatura, espaço e cartografias* que coordenou com António Apolinário Lourenço.

Conferindo à Literatura “posição privilegiada para dialogar com novos objectos tecnológicos ou civilizacionais ou produzir novas hermenêuticas para ontologias e fenómenos de longa duração” (p. 531) o autor insurge-se contra a “retórica” e o “pathos” da crise contrapondo a ideia de que “os Estudos Literários modernos sempre estiveram em crise”. Já a concluir a sua instigante reflexão, Osvaldo Silvestre não pode, porém, evitar a questão da Escola e da presença que nela têm que manter os estudos em torno da Literatura. E a construção de um lugar alternativo “sem a composição de um *telos* ou de um valor de mercado” (p. 533) — tarefa central que comete à nossa disciplina — é impensável sem a ideia de *crise*.

Que essa crise não é de hoje, estamos de acordo; mas é incontestável que aquela que hoje nos é dado viver é diferente de todas as outras. É diferente, desde logo, porque se abateu sobre a Escola. E é por isso que, mais do que nenhuma outra, a crise actual requer o melhor discernimento e o mais prudente dos equilíbrios entre a reflexão teórica, as realidades institucionais e as práticas quotidianas.

Pode, de facto, adoptar-se um registo mais benigno, colocando a tónica na tendência para a autorreflexividade (muitas vezes sombria) que afecta, desde sempre, as ciências humanas e sociais. E pode igualmente partir-se desta visão relativizadora para entender a actual crise como o esgotamento de dois modelos, ambos prevalentes no século XIX: o “cientista”, segundo o qual as Humanidades cederam à tentação de incorporar os métodos e os horizontes das ciências da Natureza; e o “nacionalista”, caracterizado por uma ligação estreita aos interesses do Estado-Nação. A. Sousa Ribeiro, em estudos de rara clareza e profundidade (2002 e 2010), examina criticamente estes dois modelos, apontando como caminho para as novas Humanidades um posicionamento antropológico, transversal aos diferentes domínios políticos do saber, com particular ênfase nas tecnociências ou ciências ditas “exactas” que, libertas de determinismos excessivos, são chamadas a ler a realidade como “texto”. Sobre as possibilidades e as limitações desta proposta pronunciar-me-ei no final deste estudo.

⁵ No início do livro já citado, Nussbaum fala de uma “silent crisis”, de proporções massivas e de repercussões mundiais, traduzida na expulsão de um conjunto de faculdades essenciais associadas às Humanidades e às Artes: “The ability to think critically; the ability to transcend local loyalties and to approach world problems as a citizen of the world and, finally, the ability to imagine sympathetically the predicament of another person” (cf. *op. cit.*, p. 1).

tanto quanto possível, uma vez que só a sua conjugação permite a correcta leitura da crise.⁶ E assinalemos, desde já, que essa crise se revela tanto mais grave quanto não depende de um só factor nem de uma só medida de reconversão. Seleccionarei apenas 6 dessas marcas, procurando seguir, ao mesmo tempo, nessa selecção, o critério da visibilidade e da diversidade.

1.1. As prateleiras das livrarias

Um dos sinais mais impressionantes da crise dos Estudos Literários é a presença exígua (quase o desaparecimento) dos livros da área nos escaparates e mesmo nas estantes das grandes livrarias. Em pouco mais de 15 anos, as prateleiras das livrarias europeias e dos “bookstores” americanos, dedicadas à crítica, ao ensaísmo e à investigação histórico-literária reduziram-se a menos de metade. Por vezes, é mesmo necessário perguntar onde se situam essas ditas prateleiras, uma vez que foram relegadas para os recantos mais sombrios das lojas, sendo prejudicadas por parcerias injustificadas ou mesmo insólitas: sob a designação de “Literatura”, encontramos, muitas vezes em amálgama, os romances menos vendidos e também os ensaios centrados nas obras literárias.

Isto não significa que este tipo de estudos tenha deixado de se editar. Muito pelo contrário: sob o reino tirânico (e para nós, universitários, particularmente perverso) do “publish or perish”, os trabalhos vêm a público a um ritmo talvez mais intenso do que nunca, tanto sob forma impressa como em ambiente electrónico.⁷ Sucede, porém, que a grande maioria das casas editoras que, até há poucos anos, acolhia estas obras nos seus catálogos, agora só o faz se algum Departamento, algum Centro de Investigação ou algum mecenas imprevisto se dispuser a pagar os custos de impressão, na sua maioria ou mesmo na sua totalidade. Mesmo nas circunstâncias já referidas, os livros editados não ultrapassam tiragens de 500 exemplares, na certeza antecipada de que, na melhor das hipóteses, nem metade será vendida. O que afirmo pode ser cada ano comprovado pelos próprios autores, quando recebem (se recebem) a prestação de contas das editoras. Falo inclusivamente daqueles investigadores que escrevem maioritariamente para estudantes universitários. Seria natural pensar-se que os estudantes de Letras fossem compradores e leitores desse tipo de livros. Como bem

⁶ Ocupando-se do mesmo assunto, em estudo merecedor de muita reflexão, J. Cândido Martins (2006) começa igualmente por proceder a um levantamento de “sintomas da crise”, para depois estabelecer, com grande prudência e acurada lucidez, algumas vias de adequação institucional do projecto educativo das Humanidades ao nosso tempo.

⁷ Referindo-se aos efeitos especialmente perversos deste lema para as Humanidades, diz Lindsay Walters: “When books cease being complex media and become rather objects to quantify, then it follows that all the other media that the humanities study lose values. And if humanisms don’t keep firmly in mind what they are about, no one else will” (2004, p. 6).

sabemos, porém, mesmo em número reduzido, estes são, quase sempre, pessoas contrafeitas na “obrigação” de ler, sentindo-se sistematicamente intimidados perante qualquer volume que exceda as 150 páginas. Também por isso a fotocópia se vulgarizou tanto: estou convencido de que, muitas vezes, não se trata apenas, por parte do aluno, de “poupar dinheiro”; através desse processo, trata-se também de desqualificar o livro, forçando a sua redução a um conjunto informe de folhas, muitas vezes sem autor identificado, com receio implícito de que esse autor possa ter escrito mais alguma coisa que também seja “obrigatório” ler.⁸ É claro que, nestas circunstâncias, os livros não se reeditam, pelo menos até que os exemplares que se encontram nas Bibliotecas resistam aos maus tratos, provocados pelas requisições repetidas de quem os deixa numa qualquer fotocopiadora parasitária. Por motivos de que falarei adiante, fora deste circuito quase não existe público leitor para os estudos literários.

Os exemplares remanescentes da obra acumulam-se, então, nos armazéns das distribuidoras e das editoras. Podem acabar por ser destruídos mas, antes, ainda passam pela humilhação de serem postos à venda em feiras de monos. A este destino cruel escapam, ainda assim, alguns livros: mas não deixa de ser revelador que os (poucos) que são considerados “indispensáveis” foram normalmente escritos há, pelo menos, 20 anos. Como se nas duas últimas décadas se tivesse quebrado a relação directa entre o investigador que escreve livros sobre literatura e o potencial interessado nessas matérias.

1.2. *A Literatura nos currícula*

Ao mesmo tempo, em muitas Universidades portuguesas, desapareceram ou estão prestes a desaparecer, por falta de procura, os Cursos de Línguas e Literaturas que, na década de 80, substituíram as Filologias, num processo de “renomeação” que haveria de revelar-se nefasto para o ensino da Literatura. Basta olhar para a nomenclatura actual dos mais de 600 Cursos de primeiro ciclo hoje professados na Universidade pública portuguesa. Há apenas cinco anos eram cerca de duas dezenas os que tinham o lexema “Literatura”, quase tantos como os cursos de Engenharia. Feitas as contas, são agora apenas três, porque, no seu lugar, foram surgindo Licenciaturas com a palavra “comunicação”, que umas vezes é *social* e outras tantas *cultural*. É certo que no interior desses novos cursos sobrevivem ainda algumas cadeiras semestrais de Literatura; mas surgem destituídas de qualquer tipo de nuclearidade, servindo, sobretudo, como adorno “cultural”.

O mesmo sucede nas pós-graduações: sendo relativamente poucos os seminários que se centram em conteúdos literários, o mais corrente é que apareçam também subsumidos em propostas globais, sob a identificação de “Cultura” ou, ainda e sempre, de “Comunicação”.

⁸ Embora em sentido mais amplo, Walters (2004) chega a comparar a batalha contra o livro que se vem desenvolvendo no Ocidente à destruição das estátuas de Buda levadas a cabo pelos talibãs em Bamayan (*op. cit.*, p. 8). No mesmo sentido se pronunciou recentemente, em reveladora entrevista ao jornal *Público* (05.07.10), o soció-

Num outro plano, seria interessante e por certo revelador comparar o número de Mestrados de Literatura que funcionavam há apenas 20 anos com os que hoje subsistem. Então, o número de Cursos só tinha uma limitação: a disponibilidade dos docentes doutorados para assegurar os seminários; hoje, que essa disponibilidade já não coloca problemas, os Cursos não funcionam por falta de um número suficiente de alunos.

Enfim, poderia tingir-se a situação com cores ainda mais escuras, assinalando que os alunos que se matriculam (os do 1.º ciclo e também alguns da pós-graduação) não são propriamente leitores compulsivos; nota-se que, muitas vezes, nem são especialmente crentes no *poder* ou na *utilidade* da Literatura. Mas essa última verificação, bem como as causas que estão por detrás dela, levar-me-iam por caminhos que hoje não posso trilhar.

Mesmo nos cursos onde a componente literária não se pode evitar (sob pena de descharacterização radical), a sua presença vai minguando em cada reforma. Umhas vezes porque os docentes da área (cada vez em menor número e com menos qualificações académicas) não dispõem de força para fazer vingar outras soluções; outras vezes porque, como bem sabemos, alguns desses colegas emigram para outros domínios do saber ou manifestam, eles próprios, pouca convicção na utilidade da Literatura, mesmo em Cursos de Humanidades.

1.3. *Recrutamento e progressão na carreira dos docentes*

Esta situação minorizante não pode deixar de ter reflexos naturais nas políticas de recrutamento seguidas pelos Departamentos e na quase completa impossibilidade de renovação que daí resulta. Não se estranha, designadamente, que aqueles que insistem em fazer a sua carreira na área dos Estudos Literários não disponham de vagas nos quadros para Professor Associado e Professor Catedrático. Como se pode hoje obstar à lógica condicionadora dos “Etis”? Não são poucos os professores de Literatura que, vendo-se confrontados com essa lógica numerocrática optam pela via esforçada da reconversão disciplinar, transitando, de armas e bagagens, para novos territórios. Outros, os que reúnem condições para o fazer, solicitam a aposentação, muitas vezes desgostosa.⁹ Em livro muito elucidativo, que incide sobre a demografia docente nas Universidades francesas, Louis Vogel, Reitor da Universidade de Panthéon-Assas, convocava este mesmo dado, sublinhando que, embora a Lei permita aos professores universitários prolongar a sua actividade até aos 68 anos, a média

logo e historiador da leitura canadiano Alberto Manguel, quando declara que, mais do que ataque ao livro, o que se verifica neste momento é um “ataque ao intelecto”, com o objectivo central de anestesiar o sentido crítico e incentivar o consumo de bens materiais.

⁹ Embora, como sabemos, seja muito difícil encontrar um universitário “feliz”, a verdade é que o êxodo anormal dos catedráticos de Letras que tem ocorrido nos últimos 15 anos é absolutamente anormal e não pode ser imputado apenas à incerteza das regras estabelecida para a Segurança Social.

Sobre o perfil do professor universitário (factor importante a ter em conta quando se examina esta problemática), vejamos, ainda Catherine Musselin (2009) e Cabanis & Martin (2010).

do abandono voluntário anda pelos 65 (contrastando, neste ponto como noutros, com a realidade que se verifica nas “Grandes Écoles”, onde os Professores manifestam um gosto muito maior pela sua actividade, levando a carreira até ao fim).¹⁰

De uma e de outra realidade tem resultado, nos últimos anos, um forte empobrecimento dos Estudos Literários em Portugal que, no plano institucional, talvez não possa comparar-se ao de nenhuma outra área do saber: ao saber humanístico, desde logo; mas, pelos dados que pude colher, sou levado a concluir que a situação é verdadeiramente única em toda a Universidade.

1.4. Os Centros de investigação

Restam (vêm restando) os Centros de investigação, que, nos nossos dias, constituem o único lugar de acolhimento, tanto para os colegas aposentados ou jubilados (que, libertos das obrigações docentes e administrativas, passam a dispor de tempo para levar por diante os projectos de investigação tantas vezes adiados) como para os jovens doutorados em Estudos Literários, que não disponham (e normalmente não dispõem) de nenhum outro tipo de enquadramento. É necessário reconhecer, em primeiro lugar, que no seio destas Unidades se vêm desenvolvendo trabalhos do maior interesse; a ponto de ser muito difícil imaginar como estaria a área sem esses lugares de refúgio, para onde confluem investigadores de diferentes gerações. Trata-se, porém, de um suporte mais do que precário, uma vez que, com excepção de um ou outro Programa lançado pela FCT para todas as áreas,¹¹ os Centros não dispõem de autonomia para contratar investigadores em regime de estabilidade. Mais grave do que isso, é a falta de práticas agregadoras. Contra tudo o que as circunstâncias aconselhariam, numa mesma Universidade (por vezes na mesma unidade orgânica), podem perfeitamente subsistir dois ou três Centros de pequena dimensão, competindo entre si, tantas vezes de forma inglória e gratuita.¹²

Daqui não pode deixar de resultar alguma falta de coordenação dos esforços levados a cabo em cada Unidade, envolvendo, ao mesmo tempo, uma manifesta indefinição na Agenda de pesquisa dos Estudos Literários, em Portugal e na Europa.¹³

¹⁰ Cf. Vogel, 2010, p. 29.

¹¹ Refiro-me designadamente ao Programa Millenium, lançado pelo governo português em 2008, prevendo a contratação por três anos (extensíveis a mais dois) de mil doutorados nas diferentes áreas científicas.

¹² Contrariando esta tendência, um grupo de investigadores de várias universidades, acaba de ver aprovado um Projecto, suportado pela FCT, que visa exactamente estudar a presença da Literatura na Universidade. O citado Projecto (“O Ensino da Literatura nas Universidades portuguesas. História e Nova Proposta”) será coordenado por Abel Barros Baptista.

¹³ No termo de um trabalho merecedor de ampla discussão, Jean-Marie Schaeffer identifica este mesmo problema: «Il faut construire de véritables programmes de recherche, identifiables empiriquement, et développer des méthodologies pertinentes eu égard à ces programmes» (2011, p. 123).

1.5. Congressos e encontros científicos

Também os Congressos e Colóquios que se realizam ultimamente na área dos Estudos Literários podem ser objecto de leitura negativa. Com efeito, estão ainda na memória de muitos os Congressos que se realizavam há 40 anos, congregando centenas de pessoas de uma só vez.

Ainda não há muito tempo, uma reunião científica desta área constituía um acontecimento institucional da maior relevância, funcionando, ao mesmo tempo, como iniciativa de extensão pedagógica assumida pelas Universidades. Nessa medida, um congresso sobre um determinado autor (coincidindo, muitas vezes, com a celebração de datas especiais) pressupunha a convocatória dos especialistas nacionais e internacionais para darem testemunho das suas investigações mais recentes. Era convidado para falar nas conferências plenárias quem já detinha investigação publicada.¹⁴ A esses Congressos acudiam ainda participantes genuinamente interessados nas “novidades”. O primeiro acicate advinha da comunhão entre quem falava e quem ouvia, uma vez que, na sua grande maioria, os ouvintes só conheciam os palestrantes de presença ou de livro. Mesmo sem reconhecimento formal, os Congressos e os Colóquios funcionavam como verdadeiras “acções de formação” para professores do Ensino Secundário. Para além disso, porém, esses acontecimentos constituíam oportunidade de convívio intelectual e humano, envolvendo um intercâmbio real entre investigadores e entre professores dos diferentes graus de Ensino. Em regra, os momentos de debate eram vivos, havendo lugar à polémica (um dos sinais mais inequívocos de vitalidade de qualquer campo científico). De tal forma que, nessa altura, as mesas do Congresso eram mesmo constituídas não apenas por um Presidente, com funções de moderação, mas ainda por um ou dois secretários, a quem cabia ordenar as múltiplas intervenções que se produziam na sequência das comunicações. Por fim, as Actas dos Congressos passavam a constituir o registo das ditas “novidades” e tinham venda e circulação assegurada, figurando depois, quase sempre, como referência bibliográfica nos Programas de Português, numa salutar acção irradiadora.

1.6. A área escolar do Português

O sinal mais elucidativo de todos aqueles que quero destacar situa-se, porém, fora da Universidade. A ponto de poder pensar-se que a sua inclusão neste rol de sinais negativos não faz muito sentido. Refiro-me à situação da Literatura na área de Ensino do Português,

¹⁴ Ao lado dos ditos especialistas, havia obrigatoriamente os Professores de Literatura que, não tendo propriamente obra sobre o tema do Congresso, eram chamados a dar um contributo “externo”. Na prática, esta circunstância favorecia o alargamento da comunidade de especialistas ou interessados, originando uma curiosa hierarquia, cujo topo era, no entanto, sempre ocupado pelos investigadores que tinham feito tese sobre o assunto.

a nível do Básico e Secundário. Há, de facto, quem considere aquilo que ocorre a este nível deve ser entendido como uma consequência do que acontece na Universidade mas o contrário também tem a sua margem de verdade. Basta recordarmos como, durante muito tempo, a investigação universitária se aplicava realmente aos outros níveis de Ensino, em flagrante contraste com o divórcio quase radical que hoje subsiste entre as duas instâncias.

Desde há pelo menos duas décadas, tem vindo a enfraquecer entre nós o sentido de coalescência entre o Ensino da Língua e da Literatura, com repercussão evidente em programas, manuais e, naturalmente, também nas práticas lectivas. As evidências falam por si e traduzem-se em dois aspectos: a redução dos conteúdos literários nos programas de Português (em proveito de outro tipo de textos) e a perspectiva não-literária que subordina o ensino dos poucos que lá permanecem. A este propósito, não existe exemplo mais esclarecedor do que a forma como os Programas “mandam” que se ensine a Lírica de Camões no actual 10.º ano de escolaridade. Como muitos saberão, se o professor cumprir o espírito e a letra do que vem nos programas, tomará um soneto petrarquista como exemplo do discurso autobiográfico, destacando os deícticos da primeira pessoa e fazendo-o emparceirar (por via dessa afinidade formal) com um qualquer texto diarístico. Ao que tudo indica, o pressuposto geral que está por detrás desta situação é o de que o texto literário pode ser considerado no mesmo plano dos outros textos, sendo, por isso, redutível a uma simples compreensão linguística.

Ora, para além de se revelar insustentável de um ponto de vista teórico, este pressuposto afecta a própria legitimidade institucional dos estudos literários. De facto, a partir do momento em que se aceita que a obra não é mais do que um artefacto linguístico, os estudos literários são dispensados de dar o seu contributo para a compreensão de textos que, sendo *linguísticos*, são afinal também *literários*, ou seja, constituem-se por referência a um conjunto de códigos complementares, que fazem deles um objecto, de natureza translinguística.¹⁵

Empenhados em demonstrar que a Literatura serve para ensinar a Língua (e serve, de facto, de forma insubstituível), os estudiosos da Literatura podem ser levados a esquecer-se de que, a partir dos textos literários, se alcançam também outros objectivos educacionais, de natureza psico-emocional, estética e cívica. Na verdade, este pressuposto afigura-se o verdadeiro *nó górdio* para a questão que venho tratando. Só esse esquecimento pode explicar a relativa displicência com que alguns investigadores e professores desta área vêm encarrando a situação actual. E explica, por outro lado, a subalternização dos estudos literários no âmbito mais geral dos estudos sobre a linguagem.

E basta de sinais da crise. Na mesma linha daqueles que fui enumerando, não seria difícil invocar, pelo menos, mais três ou quatro. Considero, porém, que aqueles que aduzi são suficientes para comprovar que, para além de todos os indícios de metamorfose positiva,

¹⁵ Para já não falar do quanto lesa o estatuto cultural e formativo do texto literário, assim desapossado, no caso de Camões, do valor estético e cultural que o envolve.

os estudos literários conhecem realmente um período de significativa perda de impacto institucional e social. Um adepto da “psicologia positiva”, porém, não pode tomar estes sinais como fatalidade. Mais do que as teorias do “dark side”, é importante centrarmo-nos naquilo que é essencial: identificar as razões que nos conduziram a esta situação e propor, depois, alguns caminhos de inflexão.

2. As causas

Perante um conjunto tão ilustrativo de sinais, cumpre realmente perguntar: como chegámos nós ao estado de fragilidade e relativo desânimo em que nos encontramos? Revelando-se necessária para identificar a origem de um percurso que pode e deve ser corrigido, a resposta a esta pergunta deve ser, o mais possível, isenta e prospectiva, não devendo esgotar-se em práticas recriminatórias.

2.1. As circunstâncias exógenas

Existem obviamente factores exógenos muito poderosos que ajudam a explicar a crise dos Estudos Literários: alguns dizem respeito às Humanidades no seu todo e outros afectam os estudos literários, em particular. São eles, de resto (e quase sempre só eles), que vêm à colação quando se fala deste assunto. Ora, o primeiro passo a dar neste domínio consiste em assumir uma posição de equilíbrio. É muito tentador pensar que a situação constitui um simples sinal dos tempos. Ou seja, pode ser-se levado a concluir que a situação de descrédito a que me refiro resulta do suposto ocaso social da própria Literatura, hoje convertida em algo de menos importante do que outras formas de comunicação e outros (muitos outros) fenómenos de representação artística. Nesse sentido, a explicação seria simples: vendo-se hoje a Universidade na situação de ter que prestar contas às instâncias que a financiam e funcionando cada vez mais essa mesma Universidade como caixa de ressonância das próprias expectativas sociais, teria que aceitar-se que o definhamento dos estudos literários e a sua consequente desescolarização constitui um fenómeno irreversível.

Algumas vezes, esta explicação mecânica surge mesmo na boca ou na pena de professores de Literatura levando-os depois, em consequência, a atitudes de conformismo senão de desistência radical. Como se pensassem ou dissessem que “perante inimigo tão poderoso não há resistência que valha”. A verdade, porém, é que não falta quem lembre (e com alguma razão) que, mesmo nestas circunstâncias adversas, a Literatura tem resistido muito galhardamente e que o pessimismo dos professores de Literatura não condiz com a forma como a sociedade continua a celebrar os livros e os próprios escritores, a ponto de os alçandorar ao estatuto de vedetas, em vida, não deixando depois de os conduzir ao panteão (que tanto pode ser o de Santa Engrácia como o, igualmente digno e revelador, panteão da oliveira da Azinhaga).

Mesmo reconhecendo que os tempos que vivemos não são propícios às Humanidades (em todo o caso, o carisma social dos escritores não tem comparação com o carisma dos

futebolistas ou de alguns treinadores), é manifesto que a perda de influência dos Estudos Literários na Universidade portuguesa resulta também, e em larga escala (atrevo-me a dizer), de factores endógenos, ou seja, decorre sobretudo de erros cometidos por quem investiga e ensina Literatura.¹⁶ Convém muito distinguir os dois planos: se dentro da mesma lógica da psicologia positiva, é muito difícil contrariar as circunstâncias externas, já no que diz respeito às causas internas (aquelas que se relacionam com o funcionamento do próprio campo disciplinar), a intervenção, embora não sendo fácil, afigura-se possível.

O caso é que consideremos necessária essa intervenção e tomemos consciência, ao mesmo tempo, da necessidade de uma nova forma de relação institucional com a Literatura. Só assim será possível, desde logo, evitar cair em soluções revivalistas; é ainda necessário que venhamos a convergir numa forma de fazer sentir essa necessidade no espaço universitário, integrando-a, tanto quanto possível, na nova lógica de reordenamento de saberes que, como bem sabemos, é hoje um processo particularmente dinâmico.

2.2. A pertinência

Se os Estudos Literários nasceram da necessidade e do desejo de interpelar a Literatura, construindo, através dessa interpelação, um conhecimento regulado e validável, a verdade é que essa necessidade e esse desejo não se extinguiram. A Literatura continua a ser interpelada e o facto de a investigação mais recente não dar resposta à maioria dessas interpelações suscita directamente o complexo problema da *pertinência*. Sabemos bem como a questão se resolve em outras áreas: directa ou indirectamente, um medicamento novo resulta quase sempre de uma necessidade estatisticamente relevante; o mesmo sucede com o aparecimento de um novo tipo de betão ou um robot de cozinha mais completo. Mas que critério poderemos nós adoptar para identificar a pertinência da investigação nos Estudos Literários? Durante décadas, tudo estava claro: era necessário construir uma história literária sólida e, por isso, se escolhiam os protagonistas e as personagens secundárias da narrativa, desprezando o estudo dos autores vivos; em reacção radical a essa visão estática, parece

¹⁶ Referindo-se a esta espécie de paradoxo, Aguiar e Silva (2010) chama a atenção para a não sintonia entre escritores e críticos literários: “A verdade é que, em larga medida, têm sido professores de literatura, com o seu cepticismo corrosivo e com a sua descrença na relevância cultural, social e escolar, do saber que cultivam e que profissionalmente praticam, alguns dos principais responsáveis doutrinários, digamos assim, pela atmosfera e pelo sentimento de crise em torno do ensino da literatura. Curiosamente os escritores – os poetas, os romancistas, os contistas, os dramaturgos, etc. – não manifestam indícios ou sintomas de descrença e má consciência acerca da relevância intrínseca e do significado social, cultural, antropológico, ético, etc. das obras literárias que criam”. E conclui mais à frente “O problema não reside, por conseguinte, na literatura em si mesma mas no ensino da literatura, nos seus métodos e nas suas estratégias, nos seus objectivos, nos valores propostos, nos seus programas e nos seus instrumentos didácticos, no seu enquadramento curricular e nos seus actores, ou seja, professores e alunos” (*As Humanidades...*, pp. 28-29).

depois ter-se entrado numa deriva acentuadamente descanonizante e niveladora, instituída por critérios sociais e políticos.

A este propósito, permito-me dar conta de uma situação que vivi muito recentemente. Um colega nosso, nome destacado na área da História das Ideias, pediu-me que lhe indicasse três ou quatro títulos recentes sobre o conceito de “Pátria” em Camões. Pois bem: como explicar-lhe que nos últimos tempos (nas últimas décadas) esse assunto não tem sido objecto de atenção por parte dos camonistas? Expliquei o facto como pude (acho que mal) mas, como se compreenderá, não pude deixar de ficar a pensar no desfasamento que hoje existe entre aquilo que fazemos e aquilo que se espera que façamos. Não pude deixar de pensar, nomeadamente, no quanto os Estudos Literários têm desprezado esta zona de fronteira, em favor de um campo individualizador, supostamente mais confortável e resguardado.

E quem fala da Investigação fala também do Ensino. De facto, quem hoje passa os olhos pelos Programas de cadeiras de Literatura em vigor na Universidade portuguesa (em grande maioria expostos “em linha”) não pode deixar de se interrogar sobre a *pertinência* de alguns deles. É lícito que, em primeiro lugar, nos interroguemos sobre a pertinência que resulta do seu equilíbrio interno e dos objectivos expressos; mas não deixa de ser legítimo que nos interroguemos também sobre os próprios conteúdos e a sua adequação aos alunos a quem se dirigem.¹⁷

2.3. A perda de conectividade

A questão melindrosa da pertinência conduz-nos a uma outra causa: falo agora da perda de conectividade dos estudos literários. O fenómeno salta à vista e traduz-se numa verdade muito simples: quem antes lia um bom livro de história ou de crítica literária encontrava lá ensinamentos de Literatura (apesar da ambiguidade que hoje notamos, a expressão fazia então pleno sentido, justamente porque se entendia o saber literário num registo transversal); mas nesse livro também se falava de assuntos que tocavam a história da arte, a história institucional e política, a história das ideias e a própria Filosofia. Veio depois um tempo em que o leitor medianamente culto deixou de encontrar esse saber abrangente nos livros que se editam no nosso campo. Como bem sabemos, por via de uma especialização extrema, a investigação centrada nos textos literários deixou de dialogar com outras áreas. Nessas circunstâncias, os livros, desde logo aqueles que resultam de teses académicas, dei-

¹⁷ De facto, em alguns casos, ensina-se hoje Literatura como há 20 anos, esquecendo que a massa discente se transformou profundamente. Por outro lado, nos casos em que as matérias literárias não são centrais, a tarefa de adequação ao público nem sempre se cumpre, comprometendo assim o efeito de sensibilização e de enriquecimento cultural que se deseja alcançar.

xaram de interessar ao leitor culto, mesmo ao que detém uma cultura superior, no âmbito das Humanidades.¹⁸

2.4. A obscuridade do discurso

Como se essa restrição de campo não bastasse, os estudiosos da Literatura vêm recorrendo a um discurso verdadeiramente dissuasor aos olhos de todos os leitores “leigos”. É normal que os campos disciplinares sintam a necessidade de recorrer a conceitos próprios, sendo também natural que daí resulte uma determinada formatação logodiscursiva. É assim também com a Linguística e com algumas áreas da Filosofia. Sintomaticamente, porém, o fenómeno já não é tão marcante em disciplinas como a História ou com algumas disciplinas da Geografia, por exemplo. Ora, os Estudos Literários que, na sua génese, cultivavam uma conectividade fecunda com outras áreas do saber, não podem deixar-se inebriar pela vertigem do tecnicismo vocabular. Para além de outros danos importantes, essa metalinguagem, de resto nem sempre bem aferida, tem um efeito segregador, conduzindo a um “produto” que fica vedado à maioria dos leitores. Mais ainda do que a linguagem, impressiona a especificidade ostensiva do discurso, que, algumas vezes, se diria talhado para esconder o pensamento e não para o revelar.¹⁹ Trata-se, em primeiro lugar, de uma necessidade de afirmação disciplinar; mas é bem provável que a adopção deste tipo de linguagem não seja alheia à natureza do próprio objecto de estudo, num efeito de contaminação subliminar, ao qual se torna difícil resistir.

Em termos práticos, isto significa que, até há algumas décadas atrás, com todas as limitações e ingenuidades, os livros que se escreviam sobre Fernão Lopes, Gil Vicente, Camões ou o Padre António Vieira eram lidos e citados por historiadores e professores de História e de Filosofia, sendo ainda acessíveis ao leitor culto, em geral. Basta lembrarmos-nos de que havia manuais e antologias utilizados indistintamente por alunos do Secundário, do Superior, pelos professores de diversos níveis de ensino e ainda pelo público em geral.

2.5. A redução do campo de pesquisa

Para além da falta de conectividade e da adopção de uma metalinguagem excessivamente refinada, existem ainda outras causas que importa nomear. Não posso deixar de falar, por exemplo, da redução do campo de interesse que, num determinado momento, afectou

¹⁸ Em livro publicado, pela primeira vez, em 2002 e agora reeditado (em versão revista e actualizada), Joe Moran (2010) ocupa-se desenvolvadamente da questão da interdisciplinaridade no âmbito da área do Inglês (e dos Estudos Literários, em geral) sublinhando as dificuldades de equilíbrio sempre sentidas pela área entre a indispensável disciplinaridade e as aberturas interdisciplinares.

¹⁹ A este mesmo assunto, dedicou Gerald Graff todo um estimulante e denunciador ensaio, justamente intitulado *Clueless in Academy. How schooling obscures the life of the Mind* (2006).

a nossa área do saber. A verdade é que, há 40 anos atrás, um Professor de Literatura Portuguesa (tomemos este caso como exemplo) detinha uma boa formação pelo menos nas Literaturas Românicas, equivalendo isto a um vasto cabedal de leituras e a um bom domínio da Bibliografia passiva que se ia produzindo nesse domínio. Isso permitia, desde logo, que os trabalhos académicos tomassem por objecto *corpora* abrangentes. Não era usual, por exemplo, levar a cabo uma investigação sobre um só autor. E quando prevalecia essa opção, não podia ser um autor qualquer; a ser escolhido, esse autor tinha que ter lugar central no cânone e possuir conseqüente capacidade irradiadora.

A tendência para teses que se ocupam de um só autor (quase nunca *central*) só viria a instalar-se na década de 80, quando o número de doutorandos aumentou e os trabalhos académicos se converteram em pura demonstração de capacidade analítico-discursiva, deixando de ser entendidas como o encontro com problemas difíceis de resolver e como contributo para a construção de um saber razoavelmente orgânico. Mais grave é ainda quando o investigador se confina depois ao tema da sua tese, no que isso representa de autocomplacência e de fechamento académico e intelectual.

2.6. A avaliabilidade

Com esta causa entrelaça-se de perto uma outra. Falo agora da melindrosa questão da avaliabilidade do saber produzido no âmbito dos Estudos Literários. Se era possível escrutinar os trabalhos de há 40 anos (em actos académicos ou em recensões exigentes) tornou-se tudo mais difícil desde que o figurino das teses se alterou. Em boa verdade, o “estreitamento das especialidades” dificultou também, em muito, este tipo de julgamento e de vigilância, que se revela essencial em qualquer área. E todos compreenderão porquê: se uma tese incidia num autor central, num período ou num género e se nela se continha uma margem de novidade fundamentada, todos (no júri e para além dele) se sentiam interpelados, reagindo ou aceitando. Foi assim em 1936, quando A. J. Saraiva, ao que parece perante um júri severo e desconfiado, defendeu a ideia de que a obra de Gil Vicente constituía o ponto de chegada de toda uma tradição anterior: o teatro medieval europeu, no seu carácter pluri-idiomático e transtextual e não, como até então se julgava, um marco precursor fosse do que fosse ou, muito menos, uma invenção experimental; foi assim que Jacinto do Prado Coelho, em 1947, estabeleceu um parâmetro de legibilidade para a vasta obra de Camilo Castelo Branco, assinalando marcas de coesão e delimitando fases caracterizáveis pelos temas mas também por características técnico-formais; foi assim, em 1971, quando Aguiar e Silva sustentou um novo enquadramento periodológico para grande parte da lírica portuguesa dos séculos XVI e XVII, rompendo com uma tradição histórico-literária conservadora e menos atenta ao fenómeno artístico no seu todo.

Falo de teses que eram imediatamente publicadas e lidas, influenciando decisivamente o campo em que se inscreviam. De resto, é importante assinalar que essa influência se

estendia aos manuais escolares, de forma imediata,²⁰ aos Programas do Ensino Secundário e à própria prática lectiva que nesse nível se desenvolvia.

Esse processo de regulação de campo era ainda visível nos chamados livros auxiliares, dirigidos aos jovens dos últimos anos de escolaridade. A título de exemplo, lembro a colecção “Introdução à leitura de...” (editada, nos anos 80, pela Livraria Almedina) onde se destacavam os livros de Carlos Reis (sobre *Os Maias*, as *Viagens na Minha Terra* e *Uma Abelha na Chuva*). Para além da sua forte componente analítica e textualista (que devemos apreciar em função do espírito da época) esses livros decorriam de uma investigação própria e contribuía, de facto, para uma interpretação fundada das obras literárias. Também nesse plano os sinais da crise são manifestos: basta compararmos os livros de há 30 anos com os opúsculos que agora ocupam os escaparates das livrarias, no início de cada ano lectivo: na esmagadora maioria dos casos, trata-se de livrinhos simplificadores, destinados a amortecer (ou a escamotear) as naturais e salutares dificuldades que um texto literário suscita. Em nada esses “auxiliares” se articulam com a investigação: nem com a investigação realizada pelos seus autores nem com a de quem quer que seja. E, sobretudo, salvo raras excepções, nenhum desses auxiliares “ajuda” realmente professores e alunos a ler melhor os textos literários.

Isto não significa que, entretanto, tenham deixado de se fazer teses de doutoramento (e mesmo de Mestrado) que continuam a alterar e a reconstruir o saber literário. Mas é significativo que a sua influência seja cada vez menor nos diferentes âmbitos. Basta ver os Programas do Ensino Secundário em vigor, onde essas alterações reconstrutivas não têm agora quase nenhum tipo de eco. E isto sucede não só porque o peso quantitativo dos conteúdos literários diminuiu muito mas também porque, há que reconhecê-lo, sobre aqueles que permanecem, a meia dúzia de lugares-comuns do costume parece suprir toda a curiosidade de alunos e professores. Não admira, por isso, que nas Bibliografias dos ditos Programas prevaleçam ainda as referências da década de 80.²¹

Por outro lado, está a perder-se o hábito da recensão rigorosa e do debate vivo e construtivo. As recensões que ainda vão aparecendo só muito raramente desmentem a regra da macieza estritamente descritiva ou laudatória, por vezes em evidente contradição com o valor do livro.

Embora possa não parecer, tudo isto se encontra em consonância com o modelo bibliométrico de avaliação que se instalou, sobretudo nos Centros de Investigação. No que respeita à Literatura Portuguesa, por exemplo, continua a aceitar-se, quase sem protesto,

²⁰ A este propósito, afigura-se muito reveladora a troca de cartas entre Óscar Lopes e A. José Saraiva, os dois autores da mais influente história da literatura portuguesa publicada na segunda metade do século XX, a propósito das repercussões da tese de Aguiar e Silva na compreensão da poesia portuguesa dos séculos XVI e XVII (v. *Correspondência* entre Lopes e Saraiva, pp. 321 e ss.).

²¹ Isso mesmo se pode comprovar através da análise criteriosa da presença dos conteúdos literários nos programas de Português das últimas décadas, que acaba de ser levada a cabo por Amélia Correia (2010).

que comités maioritariamente compostos por estrangeiros nem sempre capazes de ler o Português se pronunciem sobre os trabalhos dos investigadores exclusivamente através da quantidade de “papers” e nunca (ou quase nunca) em função da qualidade desses trabalhos que, muitas vezes, os avaliadores não estão em reais condições de apreciar.

3. Caminhos novos

Depois de ter identificado alguns sinais da crise e de ter referido algumas das causas que podem explicá-la, atrevo-me agora a sugerir medidas para requalificar os estudos literários no seio das Humanidades e no contexto da Universidade em geral. Como bem se compreende, as propostas que a seguir enumero corresponderão, em boa medida, à reconversão de alguns dos excessos de que tenho vindo a falar. Se se reconhecem como “erros” a perda de conectividade, a ultra-especialização, a cifração discursiva e a perda do hábito de escrutínio, é natural que se defenda uma correcção desses mesmos erros.

3.1. A densificação dos estudos literários

O primeiro objectivo a perseguir é aquilo que, à falta de uma designação melhor, chamarei “densificação” dos estudos literários, consistindo esta no retomar de uma margem de conectividade que os torne dialogantes, em primeiro lugar com as Humanidades e as Ciências Sociais, mas também com as áreas da Ciência e da Técnica. Não faltam hoje (em boa verdade não faltaram nunca) quadros teóricos que legitimem e favoreçam esse tipo de perspectiva.²² Mas, para além da existência desses quadros ante e pós-estruturalistas, afigura-se fundamental a recuperação de um *ethos* que tome a Literatura como mimese policodificada, impregnada de historicidade e de ideias que merecem atenção, tanto em si mesmas como enquanto constituintes estéticos. É claro que a Literatura também é *forma* e a sua tendência para exceder o tempo em que se inscreve, em termos de comunicação diferida, não pode ser desprezada. Tendo em conta todos estes dados (que não são antinómicos) importa encontrar equilíbrios teórico-metodológicos, de forma a que os estudos sobre a obra de Camões ou de Eça de Queirós possam também voltar a suscitar o interesse dos historiadores e das pessoas de cultura, em geral.

²² Sobre os caminhos que a Teoria da Literatura tem percorrido nas três últimas décadas, escreve Aguiar e Silva, neste mesmo volume, um balanço desassombrado. Este mesmo assunto tem vindo a ser objecto de testemunhos autobiográficos altamente reveladores. De entre eles, destaco dois nomes cimeiros dessa mesma disciplina: Terry Eagleton e Tzvetan Todorov (2003).

3.2. O discurso rigoroso e legível

Para que isto aconteça, é, ao mesmo tempo, necessário que o discurso a utilizar encontre um ponto de equilíbrio entre o rigor e a legibilidade, com naturais variações de grau de uma e de outra componente em função dos públicos visados. O que não deveria acontecer é que um manual do ensino Básico e Secundário pudesse reflectir a obscuridade “importada” que tantas vezes ostenta, dando depois azo a que esse mesmo registo se instale na relação lectiva, contrariando o proveito do aluno, nas duas vertentes essenciais da sua relação com a Literatura: o conhecimento e a sensibilidade. Do mesmo modo, deveria fazer-se um esforço no sentido de que os livros da área voltassem a ser acessíveis mesmo a quem não cultiva os estudos literários. Neste aspecto, bastaria, talvez, atender a alguns preceitos da Retórica, que recomendam a clareza do pensamento e a obrigação ética de se fazer entender pelos interlocutores.

3.3. A especialização e a irrigação curricular

O problema da ultra-especialização tem igualmente de ser objecto de revisão, não só porque essa tendência não se compagina, de todo, com a natureza abrangente do nosso objecto de estudo, como porque, sob o ponto de vista da presença institucional, daí resulta um importante problema de credibilidade para a nossa área. Pode aceitar-se que alguém que se doutorou num só autor (às vezes num só livro desse autor) passe a vida a glosar os tópicos já expostos na tese que escreveu?

Em si mesma, a Literatura é um fenómeno polifacetado e espesso na sua dimensão interdiscursiva e intertextual. Estudar Literatura configura, por isso, um Programa exigente, que implica não apenas o conhecimento de um “corpus” lato e actualizado mas também a atenção qualificada a muitos outros fenómenos discursivos. Não devemos esquecer que daí vinha a aura dos nossos colegas de há quarenta anos. Liam muito, relacionavam muito e via-se neles um gosto e um justificado orgulho por cultivarem um saber de “banda larga”. Ora, em tempos em que a multidisciplinaridade e a reconfiguração de saberes se converteram em imperativos dinâmicos, o estudioso da Literatura não pode dar-se ao luxo de se confinar a um objecto de atenção comodamente seccionado e tantas vezes observado sob um só ponto de vista.

3.4. A pertinência

Em função destas três coordenadas, torna-se indispensável definir uma zona de pertinência nos estudos literários. Não vale a pena continuar a alimentar a ilusão de que tudo é legítimo e relevante, enquanto objecto de investigação, tanto no que respeita às perguntas que se inventam como às respostas que se encontram para elas. Em boa verdade, enquanto estudiosos de um fenómeno social, não podemos reivindicar uma liber-

dade anárquica ou insulada na forma como construímos o nosso conhecimento. A par com o sentido de autonomia que deve caracterizar o trabalho de todos os universitários (e, em particular, dos “humanistas”), não deveríamos perder totalmente de vista aquilo que se espera que façamos através do estudo da Literatura. Aceitando com naturalidade, por exemplo, que as obras literárias não constituem hoje o modelo subordinante de representação das emoções humanas, há que relacioná-las sincronicamente, desde logo, com outras formas de representação artística e ideológica.

Ao mesmo tempo, há que recuperar algum sentido de articulação na pesquisa que se empreende nas diferentes disciplinas dos Estudos Literários como na área, em geral. Pareceria legítimo esperar, por exemplo, que, na ressalva das suas especificidades, os poucos programas doutorais de Literatura que neste momento funcionam na Universidade portuguesa pudessem estabelecer entre si algum tipo de complementaridade, que fosse além do impulso de responder à procura instalada em cada zona de influência e conduzisse à fixação de um programa integrado de pesquisa.

3.5. O lugar da teoria

Como acima dizia, não pode atribuir-se toda esta situação e designadamente as suas manifestações mais danosas à evolução que o quadro teórico conheceu nas últimas décadas. A par das orientações imanentistas que predominaram nos anos 70 e 80 (configurando, como diz Aguiar e Silva, em estudo que figura neste mesmo volume, uma verdadeira “utopia cognitiva”), houve sempre outras escolas que nunca deixaram de ter em conta as vertentes culturais do texto. Poderíamos invocar a própria Semiótica, que, no seu aparente textualismo, prezava afinal a coordenação dos diferentes códigos textuais e subtextuais em que assentava a comunicação literária. O exemplo que me parece mais ilustrativo é, no entanto, o da história literária, que, sobrevivendo a várias crises, se foi metamorfoseando notavelmente, desde o século XIX aos nossos dias. A maneira como a história literária sobreviveu ao longo destes últimos quarenta anos na Universidade portuguesa afigura-se bastante reveladora dos rumos que têm sido seguidos entre nós, com maior ou menor premeditação. Ao contrário do que sucede na generalidade dos países europeus (com destaque para a Alemanha, a Itália e a França), em Portugal esta disciplina passa por ser coisa ultrapassada, sob o efeito de dois estigmas: a relutância em relação ao trabalho com o texto e a existência de um *telos* “construído” que obriga a um encadeamento causal dos autores e das obras.²³

²³ O efeito mais pernicioso deste preconceito traduz-se, entre nós, na ausência de textos criticamente estabelecidos e anotados (uma tarefa normalmente realizada noutros países pelos historiadores da literatura); e verifica-se ainda na escassez de produtos editoriais de qualidade, respeitantes à dinâmica periodológica. Os incumprimentos da nossa história da literatura saltam ainda mais à vista quando atentamos no que de bom aconteceu (e vem acontecendo) na Universidade espanhola, para citar apenas o caso que nos está mais próximo.

Ora, a verdadeira História Literária não pode ser confundida com a sua caricatura ou sequer com uma parte do seu passado; do mesmo modo que a Filologia do passado não pode ser confundida com a Filologia pós-imperial dos nossos dias, que tanto pode ser entendida em sentido amplo como pode ser vista enquanto complemento da própria história literária, considerada nas suas vertentes textual e contextual.²⁴

Depois da fase da afirmação e de uma outra em que procuraram obsessivamente demarcar-se de todas as áreas que os envolviam, os Estudos Literários necessitam, enfim, de recuperar o *ethos* de exigência, rigor e amplitude que esteve na base da sua entrada na Universidade e que, embora devidamente ajustado às necessidades do nosso tempo, aí deve orientar a sua permanência, no futuro.

É bom lembrar que, mais do que outros campos disciplinares, os Estudos Literários estiveram sempre sujeitos ao escrutínio público, não podendo ter a ilusão de escapar a ele pela obscuridade.

3.6. A área do Português

Uma das medidas mais urgentes a implementar relaciona-se com a intervenção na área do Português. É necessário que os Professores universitários de Literatura passem a preocupar-se também com os públicos juvenis; que contribuam, de forma mais regular, para alcançar a desejada e indispensável requalificação do ensino da Literatura no Ensino Básico e Secundário, produzindo materiais bibliográficos, audiovisuais e informáticos úteis e atractivos, tal como fazem os seus colegas de outros países.

É necessário que se empenhem, de forma mais militante e esclarecida, em divulgar os resultados da investigação que empreendem, possibilitando mecanismos de mediação sensatos e eficazes. É necessário, enfim, que contribuam para a redefinição dos objectivos do

De entre a bibliografia mais recente sobre a história literária, destaco o excelente manual de Alain Vaillant, que se inicia justamente com uma parte consagrada à história da disciplina.

²⁴ Neste sentido me parece excessivo (embora não radicalmente errado) um certo anátema lançado sobre o paradigma filológico, no seu todo, por Sousa Ribeiro (2002), integrando-o nas “ciências coloniais”. Adoptando uma outra perspectiva e defendendo a aplicação de um novo conceito de Filologia à realidade institucional, explica Aguiar e Silva: “A filologia que eu denomino pós-imperial, depurada e liberta dos dogmas historicistas e positivistas da interpretação do texto pelo contexto, pela biografia e pela intenção do autor, esta filologia capaz de reconhecer e admitir as consequências hermenêuticas numa perspectiva gadameriana, da exotopia e da exocronia do leitor/intérprete em relação ao texto, esta filologia que congraça a gramática e a retórica, a linguística e a literatura, a textualidade e a sua inscrição na história, deve regressar com legitimidade e com dignidade às nossas Universidades, figurando como disciplina nos planos de estudos dos cursos de graduação e pós-graduação e figurando nas especialidades de doutoramento” (Cf. “Sobre o regresso da Filologia”, p. 106).

Para além de valer por si mesma, esta contraposição serve também para provar que o efeito reactivo tantas vezes verificado nesta área pode ser substituído por uma atitude correctiva matizadora, que conduza a uma evolução controlada (e não postergadora) do próprio campo.

ensino da Literatura, refundando a sua relação com a Língua e a Cultura e fazendo avultar tudo o que a Literatura (e muitas vezes só ela) permite ensinar e treinar em termos de sensibilidade, de argúcia interpretativa e de sentido crítico.

Para que este desiderato seja uma realidade, é enfim imprescindível que, também no âmbito dos Estudos Literários, os professores universitários se decidam a incorporar uma ética de utilidade pública que, de modo nenhum, pode ser confundida com a abdicação da sua liberdade de investigar e ensinar. Na consciência de que lidam com matérias que detêm um elevado potencial de repercussão, os investigadores do fenómeno literário devem esforçar-se por encontrar formas de dar testemunho do seu trabalho, em associação mais estreita e frequente com os colegas do Básico e do Secundário, a quem cabe a tarefa de democratizar esse saber, por via da transmissão didáctica.

4. Conclusão

É tempo de concluir, ainda que subsista a consciência do muito que fica por dizer e da brevidade com que se tocaram alguns assuntos. Mas não quero terminar deixando a ideia de que, em oposição completa aos pessimistas, defendo a ideia de que a requalificação da presença dos estudos Literários na Universidade se encontra, afinal, mais facilitada do que parecia, dependendo de um simples acto de vontade e estando, de certo modo, garantida com base em consensos corporativos que se encontram ao alcance da mão. Em boa verdade, não é assim: para além de algumas zonas de convergência, que podem alcançar-se entre aqueles que se preocupam com este problema, existem vários debates a travar: uns, cuja acuidade se revelou nos últimos anos e outros que vêm de longe (desde Aristóteles). Penso, em particular, na controvertida questão do Cânone e em todas as importantes implicações que dela derivam no plano da organização curricular e dos focos de investigação.²⁵ Coloquemos a questão num plano mais lato: podem (e devem) os Estudos Literários sobreviver na Universidade sem uma valoração canónica, regulada pelo sentido crítico do Gosto e da História²⁶? Até que ponto, no esforço de reabilitação institucional que venho advogando, deveremos prezar ou menosprezar a tradição dos estudos literários que, em boa parte, se

²⁵ Sobre a problemática do cânone escolar, Helena Buescu (2011) acaba de trazer a público um importante contributo, justamente assente em várias plataformas de compromisso. Nelas se refere, por exemplo, a necessidade de encontrar um ponto de equilíbrio entre o autoritarismo e a abertura controlada do Cânone ou entre a atenção crítica devida ao texto literário e o seu relacionamento com outras formas de Arte.

²⁶ Referindo-se ao potencial irradiador e problematizante dos “grandes livros”, diz Helena Buescu (2011): “Reside nos textos canónicos, a meu ver, uma especial força de relação, que lhes permite serem ensinados de forma a poderem incluir tais orientações e por isso a poderem ser traduzidas, por via delas, para o presente de diferenças que constitui a realidade escolar” (cf. p. 9).

Para uma defesa clara da presença dos textos canónicos na Escola, veja-se, de Aguiar e Silva (2010), “Variações sobre o cânone literário” (*As Humanidades...*, pp. 243-247).

funda na própria ideia de “cânone”? Devem, enfim, os Estudos Literários voltar-se para o seu passado, reaparecendo na Universidade com o traje de cerimónia dos séculos XIX e XX (para já não falar da toga dos humanistas dos séculos XV e XVI) ou devem renegar esse mesmo passado, em nome de uma nova identidade e de uma nova missão?

Perante a crise das “antigas” Humanidades, não falta realmente quem defenda a institucionalização de “novas” Humanidades, em sentido mais ou menos ruptural (digitais, globais, mais ou menos descontextualizadas, orientadas para a transversalidade e a antropologização do saber); e há, também, por outro lado, quem defenda um regresso ao passado, com o mínimo de mudanças, convictos de que se todas as derivas foram erradas, o melhor é restaurar as “boas práticas”.²⁷

Ora, no que diz directamente respeito aos Estudos Literários (mas também às Humanidades em geral) parece-me vantajoso distinguir duas instâncias, sendo uma delas a do debate teórico e a outra a do funcionamento institucional, propriamente dito, onde estes debates não têm que ter uma repercussão imediata e mecânica.²⁸ Se é certo que as aquisições teóricas e metodológicas das últimas quatro décadas respondem a novas facetas da realidade política, social e institucional, também é verdade que não se pode deixar de ter em conta a existência de um novo público que hoje frequenta muito mais o ecrã do que as páginas dos livros; do mesmo modo que não se podem ignorar os efeitos da indispensável inclusão democrática feita através da Escola.²⁹ Ainda em nome de algum realismo institucional (que não pode deixar de estar presente em quem organiza currículos ou mesmo em quem define a Agenda de investigação), não pode esquecer-se ainda que a Literatura não se

²⁷ No primeiro quadrante situam-se, entre nós, Boaventura Sousa Santos (2010) e Sousa Ribeiro. O segundo tipo de posição é advogado por um conjunto de intelectuais mais ou menos patrimonialistas, nem todos situados à esquerda e nem todos melancólicos. A título de exemplo, cito Georges Steiner, Eugene Goodheart e Harold Bloom, nomes de grande impacto nos círculos universitários europeus e americanos. Entre nós, esta posição vem sendo defendida, entre outros, por Manuel Gusmão e sobretudo, vem sendo persistentemente explicitada por Aguiar e Silva, ao longo de vários estudos, recentemente reunidos no volume que venho a citar.

Sobre as principais controvérsias que se hoje se colocam no domínio do ensino do Português veja-se Maria José Ferraz. Em livro recente, Maria do Carmo Vieira ocupa-se do desaparecimento dos conteúdos literários no Ensino Secundário, pronunciando-se ainda criticamente em relação aos novos Programas de Português para o Ensino Básico, prestes a entrar em vigor.

²⁸ No estudo de Helena Buescu (2011), que tenho vindo a seguir, assistimos justamente a uma certa reflexão sobre esta matéria, tomando como referência a aplicação ao Ensino Básico e Secundário dos resultados da investigação universitária: “Em minha opinião, a demasiada abertura a uma experimentação por vezes desregrada no EBS tem sido apenas a contrapartida de um sistema de investigação frágil, incapaz de promover, de forma consequente, essa investigação naquele que deve ser o seu lugar natural – a Universidade” (p. 11).

²⁹ Ao ecrã da televisão e do cinema sucedeu entretanto o ecrã do computador e dos seus múltiplos sucedâneos de menor dimensão e peso.

Sobre a necessidade de reformular o conceito de leitura, mantendo e reforçando a sua centralidade e adaptando-o ao novo paradigma cultural e educativo, escreveu já Carlos Reis (2006) um ensaio muito lúcido e rico de sugestões.

resume a uma “linguagem” e continua a deter as características que dela fizeram, ao mesmo tempo (e sem que nisso exista contradição insanável), Património e reinvenção da vida. Nascendo essencialmente de uma tendência insubordinante, a Literatura requer uma aproximação cognitiva condizente, valorizadora do espírito crítico e das potencialidades criativas do ser humano. Nesse sentido, parece-me claro que nem todas as aquisições teóricas são integralmente transponíveis para o plano curricular, da mesma forma que nem todas as práticas do passado são enjeitáveis.

Por uma questão de honestidade intelectual, não me parece enjeitável, desde logo, a erudição honesta centrada no texto e no contexto, ressalvada a necessidade de controlar os excessos a que esse centramento pode levar; não me parece que possa desprezar-se a regulação hermenêutica (base de todo o *ethos* filológico), a relação dos textos literários com a história e a sua integração no lastro cultural das comunidades.³⁰ É verdade que todas estas vertentes necessitam de ser reconfiguradas; mas, a bem dos propósitos que a todos interessam, parece-me que nenhuma delas pode ser objecto de uma postergação radical.

Há poucos anos, num estudo modelar (recentemente reeditado), Aguiar e Silva pronunciava-se, com bons argumentos, pelo regresso da Filologia à Universidade. O professor de Coimbra não advogava, naturalmente, a recuperação pura e simples da Filologia que, nascida na Universidade alemã, nos alvares do século XIX, transforma o programa idealista da “cultura étnica” num discurso empírico, descritivo e classificatório. Essa era, de facto, a Filologia em cuja *auctoritas* se escudava afinal o velho Professor de há 40 anos, para responder um tanto sobranceiramente aos seus Assistentes. Para além dessa Filologia (que, como sabemos, desempenhou uma missão conjuntural) existe uma outra que, como a primeira, remonta à velha Escola de Alexandria e ao Humanismo renascentista, delas herdando sobretudo o substrato de rigor e a fundamentação racional. O ponto de superação reside na definitiva e voluntária renúncia a esse cariz totalizante, que, afinal, radicava numa epistemologia primitiva e ingénu.

O que hoje pode dar-se como certo é que, mesmo com soluções equilibradas, nunca mais será possível evitar angústias. O que é possível e muito desejável é que, embora refletindo as novas realidades, essas soluções sejam temperadas pela esperança e pelo gosto da Literatura. E isto porque, para além de uma grande aparência de descontinuidade, hoje, como no passado, temos a convicção de que esse gosto e essa fé são produtivos, tanto do ponto de vista pessoal como do ponto de vista colectivo.³¹ Em última instância, e para além

³⁰ Para uma visão de conjunto da importância contemporânea da ideia de Património vejam-se Babelon e Chastel (1994), Jadé (2006) e Jeudy (2008). Sobre estas mesmas matérias, consulte-se ainda o livro (de certa forma fundador) de Maurice Halbwachs (1950).

³¹ Colocando-se como defensor dos estudos literários e da sua utilidade cívica, Yves Citton vai ao ponto de sugerir que eles funcionem como forma de “literarizar” a política (e não o contrário). No entendimento do crítico suíço, o instrumento dessa desejável impregnação seria justamente a “interpretação actualizadora”, enten-

de todas as reconfigurações conceptuais que possam levar-se a cabo, só essa fé e esse gosto nos poderão dar a força serena que as circunstâncias exigem para relegitimar a presença dos Estudos Literários (e das Humanidades em geral) na Universidade do século XXI.

Referências

- Abensour, C. et al. (dir.) (2007). *De la destruction du savoir en temps de paix. École, Université, Patrimoine, Recherche*. Paris: Mille et une Nuits.
- Allègre, Cl. (1993). *L'Âge des savoirs. Pour une renaissance de l'Université*. Paris: Gallimard.
- Aguiar e Silva, V. (2010). *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Babelon, J.-P. & Chastel, A. (1994). *La notion de patrimoine*. Paris: Éditions Liana Levi.
- Bernardes, J. A. C. (2004). *A Literatura no Secundário. Outros caminhos*. Porto: Areal.
- Bernardes, J. A. C. (2010). Cultura Literária e formação de professores. *Colóquio de Didáctica. Língua e Literatura*. Coimbra: Faculdade de Letras [Col. Textos pedagógicos e didáticos, vol. XIX], pp. 29-63].
- Buescu, M. H. (2011). Literatura, Cânone e Ensino. *Revista de Estudos Literários*, 1, 59-83.
- Cabanis, A. & Martin, M. L. (2010). *L'Université dans tous ses états*. Paris: Pourvari.
- Candu, J. (2005). *Anthropologie de la mémoire*. Paris: Armand Collin;
- Citton, Y. (2007). *Lire, Interpréter, Actualiser: Pourquoi les études Littéraires?* Paris: Editions Amsterdam.
- Citton, Y. (2010). *L'Avenir des Humanités. Economie de la connaissance ou culture de l'interprétation?* Paris: Éditions de la Découverte;
- Compagnon, A. (1998). *Le démon de la théorie. Littérature et sens commun*. Paris: Éditions du Seuil.
- Correia, A. (2010) *(Re)pensar a Escola no século XXI*. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra [Dissertação de Doutoramento em Literatura Portuguesa. Investigação e Ensino].
- Cunha, C. M. F. (2011). A história literária no século XX: o Positivismo e depois. *Revista de Estudos Literários*, 1, 36-57.
- Donoghue, F. (2008). *The Last Professors. The Corporate University and the Twilight of the Humanities*. New York: Fordham University Press.
- Eagleton, T. (2004). *After Theory*. London: Penguin Books.
- Ferraz, M. J. (2007). *O Ensino da Língua Materna*. Lisboa: Caminho.
- Godheart, E. (1999). *Does The Literary Studies Have a Future?* Wisconsin: The University of Wisconsin Press.
- Gossman, L. (1982). Literature and Education. *New Literary History*, 13, 341-371.
- Graff, G. (1987). *Professing Literature: An Institutional History*. Chicago: University of Chicago Press.
- Graff, G. (2006). *Clueless in Academy. How Schooling obscures the Life of the Mind*. New Haven, CT: Yale University Press.

didada como instituidora de sentidos novos, apreendidos pelo leitor em função do seu próprio contexto. Para uma compreensão das propostas (não-filológicas) de Citton, veja-se o livro que publicou em 2007 (em especial, pp. 25 e ss.).

- Guillory, J. (2002). *Literary Studies and the Modern System of Disciplines*. In *Disciplinary at the Fin de Siècle* [edited by Amanda Anderson and Joseph Valente]. Princeton: Princeton University Press, pp. 19-43.
- Gusmão, M. (2003). A Literatura no ensino da Língua. *Românica*, 12, 241-245.
- Habib, M. A. R. (2008). *Modern Literary Criticism and Theory. A History*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Halbwachs, M. (1997). *La mémoire collective*. Paris: Albin Michel [édition critique établie par Gérard Namer].
- Harpham, G. G. (2006). *The Character of Criticism*. London/New York: Routledge.
- Hollinger, D. A. (ed.) (2006). *The Humanities and the Dynamics of Inclusion Since World War II*, Baltimore: The Johns Hopkins UP.
- Jadé, M. (2006). *Patrimoine immatériel. Perspectives d'interprétation du concept de patrimoine*. Paris: L'Harmattan.
- Jeudy, H.-P. (2008). *La machine patrimoniale*. Belval: Les Éditions Circé.
- Jouve, V. (2010). *Pourquoi étudier la littérature?* Paris: Armand Colin.
- Martins, J. C. (2006). Humanidades: presente com futuro. In *Novos Horizontes para as Humanidades*, Augusto Soares da Silva et alii (orgs.). Braga: Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Filosofia, pp. 89-128.
- Menard, Louis (2010). *The Marketplace of Ideas. Reform and Resistance in the American University*. New York/London: W. W. Norton & Co.
- Moran, J. (2010). *Interdisciplinarity*. London, Routledge [The Critical Idiom].
- Musselin, C. (2009). *Les universitaires*. Paris: La Découverte.
- Neves, M. L. C. (ed.) (2004). *António José Saraiva e Óscar Lopes. Correspondência*. Lisboa: Gradiva.
- Nussbaum, M. C. (1997). *Cultivating Humanity. Classical defense of Reform in Liberal Education*. London/Cambridge: Harvard University Press.
- Nussbaum, M. C. (2010). *Not for Profit. Why Democracies Needs the Humanities*, Princeton and Oxford, Princeton University Press.
- Palmer, D. J. (1965). *The Rise of English Studies. An Account of the Study of English Language and Literature from its Origins to the Making of the Oxford English School*. London/New York/Toronto: Oxford University Press.
- Reis, C. (2006). O day after de uma crise: novos horizontes da Leitura. In *Novos Horizontes para as Humanidades*. Braga: Pub. da Faculdade de Filosofia, pp. 67-88.
- Renker, E. (2007). *The Origins of American Literature*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ribeiro, A. S. (2002). As Humanidades como utopia. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 63: 199-207.
- Ribeiro, A. S. (2011). Um tecto entre ruínas? As Humanidades na Universidade do século XXI. *Revista de Estudos Literários* 1, pp. 351-364.
- Santos, B. S. & Filho, N. F. (2008). *A Universidade do século XXI. Para uma universidade nova*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Schaeffer, Jean-Marie (2011). *Petite écologie des études littéraires. Pourquoi et comment étudier la littérature?* Vincennes: édition Thierry Marchaise.
- Silva, J. B. (2010). *A Instituição da Literatura. Horizonte teórico e filosófico da cultura literária no limiar da modernidade*. Porto: U. Porto Editorial.
- Silvestre, O. M. P. (2007). *Revisão e Nação. Os limites territoriais do cânone literário*. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra [Dissertação de Doutoramento em Teoria da Literatura].
- Silvestre, O. M. P. (2011). O lugar dos estudos literários. In: António Apolinário Lourenço e Osvaldo Silvestre (coord.), *Literatura, espaço, cartografia* (pp. 527-533). Coimbra: Centro de Literatura Portuguesa.

- Steiner, G. (2003). *Lessons of the Masters*. Harvard: Harvard University Press.
- Vaillant, Alain (2010). *L'histoire littéraire*. Paris: Armand Colin.
- Viala, A. (2009). *La culture littéraire*. Paris: PUF.
- Vogel, L. (2010). *L'Université, une chance pour la France*. Paris: Quadrige/PUF.
- Todorov, T. (2002). *Dévoirs et délices. Une vie de passeur* Paris: Éditions du Seuil [Entretiens avec Catherine Portevin].
- Todorov, T. (2007). *La littérature en peril*. Paris: Flammarion.
- Vieira, M. C. (2010). *O ensino do Português*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Wallerstein, I. (1991), *Unthinking Social Science: The Limits of 19th Century Paradigms*. Oxford: Polity Press.
- Walters, L. (2004), *Enemies of Promise. Publishing, Perishing, and the Eclipse of Scholarship*. Chicago: Prickly Paradigm Press.